

# Multinacionais vão gastar US\$ 2 milhões no 2º turno

As multinacionais instaladas no País resolveram abandonar a discreção com que acompanharam os trabalhos da Constituinte até agora para defenderem, às claras, seus interesses durante o segundo turno de votação. Tendo à frente a Shell, a Xerox e a Brascan, cerca de 20 empresas investirão US\$ 2 milhões (cerca de CZ\$ 400 milhões) na organização de um lobby — que incluirá campanhas publicitárias — visando, basicamente, à supressão de quatro pontos: a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; o privilégio da empresa de capital nacional em vendas ao Governo e às estatais; a nacionalização da exploração mineral; e o fim dos contratos de risco.

O Presidente da Shell, Robert Broughton, não acredita em vitória total, mas pretende deflagrar um debate público com parlamentares, governadores, ministros e até mesmo com o Presidente José Sarney. Broughton enumerou as reivindicações do grupo pela ordem de dificuldade: a mais fácil é a que concede privilégios às empresas de capital nacional na venda de seus produtos ao Governo. Em seguida, está a distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional. Depois, a nacionalização da exploração mineral. E, finalmente, o fim dos contratos de risco.

A estratégia das multinacionais para o segundo turno foi apresentada ontem, em um almoço no restaurante do Jockey Clube, no Centro do Rio. Participaram os Presidentes da Brascan, Roberto Andrade; da Furukawa, Anselmo Nakatani; e da Xerox,



Roberto Andrade, Robert Broughton, Anselmo Nakatani e Sérgio Gregory

Henrique Sérgio Gregory, além de Broughton. O atraso da articulação deste movimento foi justificado pelos empresários como uma atitude própria das multinacionais, que procuram não se imiscuir em questões políticas dos países onde estão instaladas.

— Mas agora, por dever de consciência, resolvemos mostrar aos constituintes as consequências negativas destas medidas — acrescentou Broughton.

Se o Presidente da Shell acredita que a mais grave consequência das inovações do texto será a imagem negativa que a comunidade empresarial internacional fará do Brasil, o

Presidente da Xerox, Henrique Sérgio Gregory, mostra efeitos mais imediatos. Segundo Gregory, os US\$ 600 milhões (cerca de CZ\$ 120 bilhões) programados por sua empresa para investir até 1993 dependem das decisões da Constituinte.

— Há riscos de este projeto não sair do papel — advertiu.

Apesar de divergirem com relação a outros artigos, as multinacionais pretendem restringir seu lobby a questões do setor industrial. Broughton esclareceu que elas não reivindicarão mudanças nos direitos sociais. Entendem que esta é uma questão a ser discutida e encaminhada pelo empresariado nacional.

Foto de Carlos Ivan

## OS ALVOS: 4 PARÁGRAFOS

Estes são parágrafos da nova Carta que as empresas multinacionais pretendem derrubar no segundo turno de votações da Constituinte:

Artigo 200:

Parágrafo 1º — Empresa brasileira de capital nacional é aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno. Entende-se por controle efetivo da empresa, para fins deste parágrafo, a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

Adição de parágrafo — Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa nacional.

Artigo 205:

Parágrafo 3º — O aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

Artigo 206:

Inciso I — Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Adição de parágrafo — O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural.

# Cabral entrega hoje texto da Constituição para nova votação

BRASÍLIA — O Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entrega hoje, às 12h30m, o Projeto de Constituição B — o texto a ser votado pelo plenário no segundo turno — ao Presidente interino da Constituinte, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), em ato solene na Câmara dos Deputados, com a presença do Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães.

Com 246 artigos nas Disposições Permanentes e 76 nas Transitórias, o Projeto de Constituição B contém algumas inovações: a redução de 25 artigos no corpo permanente e a criação do Título IX, com 87 artigos. A Relatoria preparou ainda um quadro comparativo entre o texto aprovado e o Projeto, para que os constituintes possam compreender melhor as alterações propostas por Cabral, e que servirá de orientação para a apresentação das emendas.

O trabalho ininterrupto foi realizado em quatro dias na residência do Deputado Konder Reis (PDS-SC) e no Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). O Relator e seus Adjuntos, Senador José Fogaça (PMDB-RS) e os Deputados Konder Reis e Adolfo Oliveira (PL-RJ), fizeram alterações no texto sem afetar o mérito das matérias.

Bernardo Cabral explicou que as Disposições Permanentes continham vários dispositivos duplicados e alguns artigos excessivos, que foram transformados em parágrafos e incisos. Por exemplo: a liberdade de expressão é assegurada em quatro Títulos diferentes: Direitos

Individuais, Cultura, Comunicação e nas Disposições Transitórias. O Relator optou pela inclusão do dispositivo apenas nos Direitos Individuais.

O Título IX, criado pela Relatoria, foi subdividido em dois Capítulos: Disposições Constitucionais Gerais, com 11 artigos, e Disposições Transitórias, com 76 artigos, quatro a mais do que o texto-base do Centrão, votado no plenário. Nas Disposições Gerais, foram incluídos temas de caráter permanente e que, equivocadamente, faziam parte do Ato das Disposições Transitórias, cujo ordenamento também foi alterado. O novo projeto coloca as Disposições Transitórias na mesma ordem dos Títulos do corpo permanente.

— Seria como se tivéssemos, após cada Título, seus dispositivos temporários anexados — explicou Fogaça.

Para facilitar o trabalho de apresentação de emendas, cujo prazo será aberto amanhã, foi montado um quadro que compara o texto aprovado pelo plenário com o do Relator, indicando as modificações processadas. Segundo Cabral, a partir deste quadro os constituintes poderão realizar as correções que considerem necessárias, facilitando o debate do texto em plenário.

Para Cabral, as votações do segundo turno deverão ocupar todo o mês de agosto e a nova Carta só poderá ser promulgada em setembro com sessões extraordinárias nos fins de semana. Mas Fogaça acha que o segundo turno se resume a 50 emendas supressivas de temas polêmicos, que poderão ser votadas em até duas semanas.

# Reunião definirá as supressões

BRASÍLIA — Todos os Líderes dos partidos e do Governo vão se reunir amanhã à noite na casa do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para discutir o segundo turno. Ontem, Ulysses recebeu os Líderes do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS); do PFL, Deputado José Lourenço (BA); e do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA). Os três foram cautelosos sobre as possibilidades de alteração do texto aprovado em primeira votação. Sant'Anna foi o mais pessimista: para ele, só um amplo acordo permitirá supressões. Lourenço calcula que dez itens serão suprimidos.

O Líder do PFL julga possível suprimir inteiramente a anistia aos micro e pequenos empresários, e é cauteloso frente às difi-

culdades de conseguir 280 votos para anular quaisquer decisões do primeiro turno. Considera imprescindível uma decisão política do Governo, definindo dez emendas em que os situacionistas concentrariam esforços.

Lourenço acha essencial estudar e avaliar com cuidado a anistia bancária, mas já descartou a hipótese de rejeitá-la integralmente. Ele não subestima o poder de articulação dos políticos que a conseguiram aprovar. Ontem, o Deputado Humberto Souto (PFL-MG), um dos autores da emenda original, anunciou estar elaborando proposta para suprimir as restrições impostas por dispositivo de autoria do Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE).

O Líder do PFL disse que chamou a atenção de Ulysses para

outro ponto polêmico, a regulamentação da exploração mineral. As previsões de Lourenço são sombrias: em consequência da retirada das multinacionais, o País perderia de US\$ 300 milhões a US\$ 400 milhões (entre CZ\$ 59 bilhões e CZ\$ 79 bilhões) por ano em exportações. Outro ponto na mira de Lourenço é a jornada de seis horas para turnos de revezamento que, segundo ele, "inviabiliza a indústria siderúrgica, o trabalho nas plataformas da Petrobrás e na Marinha Mercante". Já o tabelamento de juros em 12 por cento pode ficar, na sua opinião, "como um monumento à idiotice nacional, porque não vai ser cumprido mesmo".

Segundo Sant'Anna, na próxima semana as lideranças governistas terão condições de definir

os pontos a serem alterados. Ele não quis detalhar os artigos que o Governo tentará suprimir, mas adiantou que serão apresentadas emendas sobre a anistia da correção monetária ou o benefício aos produtores rurais.

No dia seguinte à reunião com os Líderes de todos os partidos, Ulysses reunirá as lideranças do PMDB para discutir o comportamento do partido no segundo turno. Ontem, Jobim esteve com Ulysses no Palácio do Planalto. O Líder do PMDB também não acredita em alterações profundas, sequer no capítulo dos Direitos Sociais. Ele destacou que todos os dispositivos deste capítulo foram aprovados com mais de 300 votos. O Deputado diz que as emendas do PMDB só serão definidas depois de uma ampla negociação.